

Comunicado da reunião da Linha da Frente-CEE

Comunicado da reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Linha da Frente e dos países membros da Comunidade Económica Europeia sobre a situação política na África Austral, realizada em Lusaka a 3 e 4 de Fevereiro de 1986:

1—Os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados da Linha da Frente e dos Estados membros das Comunidades Europeias, reuniram-se em Lusaka, Zâmbia, nos dias 3 e 4 de Fevereiro, para considerar a situação na África Austral,

2—A reunião decorreu numa atmosfera de cordialidade, completa confiança e compreensão.

3—Os Ministros examinaram a situação geral prevalecente na sub-região. Em particular, fizeram revisão dos recentes desenvolvimentos e a actual situação na África do Sul e discutiram tais assuntos com a política a ser seguida em relação à África do Sul, destinadas a contribuir para a abolição do «apartheid» e, assim facilitar uma solução pacífica na África do Sul, as relações entre a República da África do Sul e outros Estados na região, e a questão da independência da Namíbia.

4—Relativamente à África do Sul, os Ministros deploraram a violência e a deterioração progressiva da situação dentro daquele país, resultando na contínua perda de vidas e destruição de propriedades. Eles atribuíram o actual estado à existência e entrenchamento da política moral do «apartheid» e à recusa, pelo Governo da África do Sul, de abolir aquele sistema, com vista à abertura da via para negociações com todos os cidadãos, sobre o futuro do país.

5—Os Ministros consideraram a política de «apartheid» da África do Sul como violação dos Direitos Humanos fundamentais, em contrariedade com o estabelecido na Carta das Nações Unidas e na Declaração Universal sobre Direitos Humanos.

A este respeito, eles reafirmaram a sua condenação integral ao «apartheid» e apelaram para a sua total eliminação, no interesse da paz e estabilidade na África Austral.

6—Com vista a melhorar a situação na África do Sul, os Ministros apelaram ao Governo da República da África do Sul para declarar categoricamente o desmantelamento do «apartheid», o levantamento do estado de emergência e o início do diálogo com os legítimos representantes do Povo sul-africano. Como um passo necessário, os Ministros apelaram ao Governo sul-africano a libertação incondicional de todos os presos políticos, incluindo Nelson Mandela, para facilitar o processo de negociações. A este propósito, exigiram da África do Sul que ponha fim ao banimento do Congresso Nacional Africano da África do Sul, o Congresso Pan-Africanista da Azânia e outros Partidos políticos, para assim criar uma atmosfera conducente ao diálogo político. Além disso os Ministros saudaram a criação de um grupo de «eminentes personalidades» pela última Cimeira da Commonwealth, em Nassau, Bahamas, destinado a perseguir a realização do diálogo na África do Sul e apelaram ao Governo de Pretória para cooperar com o grupo.

7—Quanto à política a ser seguida em relação à República da África do Sul com o objectivo de contribuir para a abolição do «apartheid», os Ministros consideraram um vasto leque de opções. Salientaram a importância da continuação da pressão internacional sobre o Governo da África do Sul para desmantelar o «apartheid» por meios pacíficos, no interesse da paz e estabilidade dentro da própria África do Sul e da região.

8—Concordaram em que as medidas contra a África do Sul anunciadas pela Comunidade Económica Europeia, Commonwealth, os países nórdicos, Estados Unidos da América e outros Governos e organizações são muito importantes. Na eventualidade de estas medidas não alcançarem os resultados

desejados, os Ministros concordaram em que deveriam ser consideradas mais medidas.

9—No que diz respeito às relações entre a República da África do Sul e outros Estados da África Austral, eles notaram que o desmantelamento do «apartheid» irá contribuir significativamente para a coexistência pacífica de todos os Estados da região.

Neste contexto, eles exigiram a retirada completa de todas as tropas sul-africanas de Angola. Eles deploraram a perda de



Momento da leitura do comunicado conjunto da reunião aos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Linha da Frente e da CEE, vendo-se à esquerda o chefe da diplomacia zambiana, Lameck Goma e à direita o seu homólogo holandês, Van Der Broek. (Foto AIM)

vidas humanas e destruição da propriedade resultantes desses actos perpetrados pela África do Sul. Eles reconheceram o facto de que estas acções não podem trazer a paz à região, pelo contrário elas põem em perigo a paz e estabilidade na região.

10—Os Ministros condenaram igualmente a política sul-africana de desestabilização em todas as suas manifestações, incluindo o uso de quaisquer acções militares directas ou indirectas em países vizinhos, em particular Angola e Moçambique. Nesta perspectiva, eles acordaram em negar qualquer apoio ou assistência aos perpetradores de tais acções.

11—Em relação à Namíbia, os Ministros condenaram a contínua ocupação ilegal daquele território internacional e a obstrução dos esforços visando assegurar a sua independência dentro do contexto do plano das Nações Unidas para independência da Namíbia. Neste contexto, eles reafirmaram a fulcralidade e relevância da Resolução 435 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (1978) que até agora constitui a única base válida para uma solução pacífica da questão namibiana. Apelaram para a implementação imediata desta Resolução. Nesta perspectiva, os Ministros rejeitaram as tentativas para atrasar a independência da Namíbia, através da sua ligação com a retirada das tropas cubanas de Angola.

12—Nesta base, os Ministros consideraram nula e vazia a auto-intitulada administração interina na Namíbia, que foi criada contrariamente à Resolução 435, e apelaram a todos os países para não lhe concederem nenhum tipo de assistência.

13—Os Ministros reafirmaram o empenhamento dos seus respectivos países em trabalhar para a abolição do «apartheid» na África do Sul e em promover esforços que possam resultar na independência da Namíbia.

14—Os Ministros expressaram o seu agradecimento e apreciação ao Governo e povo da Zâmbia, por terem acolhido a reunião e pela hospitalidade calorosa que lhes foi dispensada durante a sua estada em Lusaka.

Lusaka, 4 de Fevereiro de 1986.

Notícias 7/2/86